

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/13502</b>	<b>20166/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Autorização de destaque (indeferimento definitivo) - Rua da Pereira, União de Freguesias de Crespo e Pousada</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DU - [INTERNO]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

**Processo:** 6/2023/6805/0

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Processo de migração

**Assunto do Processo:** AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUE E EMISSÃO DE CERTIDÃO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CRESPOS E POUSADA, RUA DA PEREIRA, 34 (TRAMITAÇÃO)

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

**FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS**

Face à informação técnica antecedente e ultrapassado o prazo para aperfeiçoamento, conclui-se que o presente pedido de destaque e emissão de certidão não reúne condições para aprovação nos termos nela indicados **pelo que se propõe o indeferimento definitivo do pedido apresentado.**

Remete-se o processo à reunião de Câmara, para análise e deliberação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/13235 de 17 de Abril de 2026.

**RESOLUÇÃO**

Com base na informação técnica que antecede indefere-se definitivamente o presente pedido, procedendo-se ao seu arquivamento.

**Despachos**

- A 17/04/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Propõe-se o indeferimento do pedido e consequente arquivamento. Esclarece-se a requerente que para efeitos de destaque a diferenciação entre terreno rústico e urbano decorre da Classificação do solo no Plano Diretor Municipal. Assim, em eventuais pedidos tal deverá ter-se em consideração bem como da necessidade de dar cumprimento ao disposto no número 6, do Decreto-lei n.º 555/1999 de 16 de dezembro na sua atual redação."
- A 17/04/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Subscribo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



PROCESSO: 6/2023/6805/0

REGISTRO ENTRADA: 68543/2023, DE 18/10/2023

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: RUA DA PEREIRA, 34, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CRESPOS E POUSADA

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUE E EMISSÃO DE CERTIDÃO

15/04/202

## 1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. O requerente apresenta através dos registos nº E/68543/2023 de 18.10.2023 um pedido de certidão de autorização de destaque de parcela, localizado na rua da Pereira, União de Freguesias de Crespo e Pousada, concelho de Braga, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Braga com o nº 259/20051214, inscrita na matriz de natureza Rústica sob o Artigo nº 1544 e na matriz de natureza Urbana sob o Artigo nº 1399.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 4 do Artigo 6.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, presente operação urbanística está isenta de controlo prévio.

## 2. DA PRETENSÃO:

- 2.1. Nos termos da Informação Técnica n.º I/105328/DAT/2023, de 24/11/2023, elaborada pela Divisão de Apreciação Técnica, conclui-se que o pedido não se encontra corretamente instruído.
- 2.2. Através do Ofício n.º 559, de 09/01/2024, foi comunicada a intenção de indeferir o pedido de destaque, com base nos factos e fundamentos constantes da informação técnica supracitada.
- 2.3. Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2014 de 7 de janeiro, foi concedido o devido período de audiência prévia, com vista a permitir ao requerente completar o pedido.
- 2.4. Consultada a plataforma digital de gestão de processos (GESTIONA) do Município, não se verifica qualquer registo de entrada de elementos referentes ao pedido, pelo que se conclui que não foi cumprido o prazo de 15 dias úteis, nos termos do artigo 122.º do referido Código.

## 3. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 3.1. Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2014 de 7 de janeiro, **o órgão competente apenas pode realizar uma única audiência prévia**, na qual deve ser incluída toda a matéria de facto e de direito que sustenta o sentido provável da decisão.
- 3.2. Tendo já sido concedida ao requerente a oportunidade de pronúncia ou de correção da proposta, e mantendo-se inalterados os pressupostos que fundamentam a decisão, propõe-se o indeferimento definitivo do pedido, nos termos do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE), bem como o consequente arquivamento do processo.
- 3.3. Remete-se o processo à reunião de Câmara, para análise e deliberação.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

